



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002983-75.2021.6.22.8000

INTERESSADO: 15ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 18/2021 – Locação de imóvel para instalação provisória do Fórum Eleitoral de Rolim de Moura.

DESPACHO Nº 1096 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual este Tribunal firmou a Carta-contrato n. 18/2021 (0756195), cujo objeto é a locação de imóvel não residencial de propriedade de JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, CPF n. 572.537.909-44, contratado/locador, com o objetivo de instalar provisoriamente o Fórum Eleitoral do Município de Rolim de Moura. O referido contrato, com vigência de 8 (oito) meses, a partir de 04/11/2021, admitida a prorrogação, nos termos da Cláusula Quinta do referido Ajuste, foi prorrogado até o dia 03/10/2023, conforme Termo Aditivo n. 3 (1000448).

Com a proximidade do termo final da vigência da locação, a Coordenadoria de Obras, Manutenção e Serviços Gerais (COMSEG), unidade gestora do contrato, manifestou-se pela sua prorrogação por mais 2 (dois) meses, conforme a Manifestação n. 8/2023 (1058935).

A COMSEG alegou que o imóvel locado atende às necessidades dos Cartórios Eleitorais da 15ª e 29ª Zonas Eleitorais, que o locador do imóvel demonstrou interesse na prorrogação do prazo (0832173), e que a prorrogação é necessária em razão de a reforma e ampliação do prédio próprio da referida ZE não estar concluída.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC para reforço e programação orçamentária da despesa; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico (1059221).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1070 da COFC (1059509), realizou a programação orçamentária dos valores a serem executados, mediante emissão de pré-empenho (1059527).

A SECONT elaborou a minuta de termo aditivo n. 4 (1059585) à Carta-contrato n. 18/2021, remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC (1059597), a qual, após análise, aprovou os termos daquele instrumento, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, a AJSAOFC opinou pela autorização da prorrogação da locação, por mais 2 (dois) meses, na medida em que presentes os requisitos legais exigíveis (1061482).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos da AJSAOFC (1061736).

Como relatado, versam os autos sobre pedido de prorrogação da Carta-contrato n. 18/2021 (0756195), contratação essa fundamentada em dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso X, da Lei n. 8.666/93.

O referido dispositivo traz em seu texto todos os requisitos necessários para a locação direta de imóveis pela Administração, aplicáveis também em casos de prorrogações de contratos. Veja-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; *grifamos*

(…)

Da instrução dos autos, verifica se manterem presentes os requisitos exigíveis, uma vez que atendidas as finalidades precípua desta Administração, haja vista que o imóvel tem atendido convenientemente as necessidades do Fórum Eleitoral de Rolim de Moura, conforme consta da Manifestação n. 8/2023 (1058935) da unidade gestora da contratação.

Assim, estando os presentes autos devidamente instruídos com os documentos necessários e havendo a anuência do locador (0832173), está comprovada a necessidade de aditamento em questão, para prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) meses, com fundamento na Cláusula Quinta da Carta-contrato n. 18/2021 e nas Lei n. 8.245/91 e n. 8.666/93.

Ante o exposto, com abrigo nos documentos constantes dos autos e no artigo 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018, **AUTORIZO a PRORROGAÇÃO** do prazo de vigência da Carta-contrato n. 18/2021 (0756195) por mais 2 (dois) meses, contados a partir de 04/10/2023 com término em 03/12/2023, com fundamento no art. 51 da Lei n. 8.245/91 e Cláusula Quinta daquela Carta, nos termos da minuta de termo aditivo n.4 (1059585), condicionado à comprovação prévia quanto a regularidade fiscal e trabalhista do locador.

À SAOFC para prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/09/2023, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1062572** e o código CRC **E92A0D30**.